

# O PERFIL DO BÓIA-FRIA: UMA ABORDAGEM SÓCIO-ANTROPOLÓGICA

*Eloah Nazaré Varjal de Melo Risk\**

*Mauro José Andrade Tereso\*\**

*Roberto Funes Abrahão\*\*\**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar como se deu a passagem da situação do bóia-fria na condição de trabalhador-morador para trabalhador-credor, em consequência das mudanças operadas nas condições de trabalho, quando da institucionalização da CLT como regime de trabalho e suas consequências. A análise histórica é desenvolvida com foco nos engenhos de cana-de-açúcar do Estado de Pernambuco. O artigo numa abordagem sócio-antropológica busca conhecer a gênese do bóia-fria desde o período do Brasil Colônia até os dias atuais, onde se desenvolvem as relações sociais e de trabalho, suas lutas pela sobrevivência e reconhecimento social. A expectativa é que a pesquisa possa contribuir para futuros estudos na área da Ergonomia, utilizando a técnica da AET – Análise Ergonômica do Trabalho, comparando-se as mudanças ocorridas nas condições de trabalho do bóia-fria.

Palavras-chave: Bóia-Fria. Engenho de cana-de-açúcar. Condições de trabalho.

Abstract: The main objective of this work is to analyze the shifting condition of the rural part time workers (“bóia-fria”) due to the creation of the labour law, when he abandons the farm as his place of living. The historical analysis is developed focused on the sugar cane production and processing system in the state of Pernambuco. Through a socio – anthropological approach this study seeks to understand the origin of the rural part time workers (“bóia-fria”) and the change of work conditions since the time when Brazil was a colony up to nowadays, in his struggle for surviving and social recognition. One of the goals of this study is to contribute to other xxx in the field of Ergonomics through the Ergonomic Work Analysis method.

**Keywords:** Part time worker. Sugar cane production. Work condictions.

---

\* Doutoranda em Engenharia Agrícola – FEAGRI – UNICAMP

\*\* Livre Docente – FEAGRI – UNICAMP

\*\*\* Livre Docente – FEAGRI – UNICAMP

## INTRODUÇÃO

No Brasil do século XXI algumas questões sociais recorrentes se mantêm sem solução ao longo do tempo. A diversidade do povo brasileiro pode, de certa forma, ser traduzida pela riqueza cultural, miscigenação racial, pelos sabores e olores da sua culinária refletindo o processo de aculturação ao qual foi submetido e, por fim, pelo requinte no trato de uma elite burguesa (minoría) criada sob inspiração européia, em contraposição ao maior número da população sob o domínio hegemônico de uma minoria, cujos privilégios foram preservados historicamente. Essa divisão clássica evidencia-se com muita clareza na concretude do Brasil rural, descrito por Gilberto Freyre em sua obra “Casa-Grande e Senzala”, em que retrata a saga dos poderosos senhores proprietários de terras e de escravos, tendo esses últimos o seu perfil psicológico traçado a partir da observação superficial do autor, quando revela um homem indolente e preguiçoso, inculto, dado às crenças e superstições mantidas vivas no inconsciente coletivo do povo brasileiro.

O escravo do Brasil Colônia produziu geneticamente o homem do campo atual, que carrega o fardo do preconceito secular, razão pela qual suas condições sócio-econômicas pouco diferem das de seus ancestrais, a não ser pela condição de liberto, o que também é discutível, tendo em vista que liberdade, sem autonomia para suprir necessidades básicas de sobrevivência, passa a ser utopia, posto que não se realiza na prática.

O Estado de Pernambuco retrata fielmente esse Brasil Colônia, quando protagoniza em solo nacional a história da monocultura da cana-de-açúcar. Sua participação na produção nacional com essa cultura foi da ordem de 19% em 1975. (Jornal do Commercio, 2/6/2006).

Desde o início da dominação portuguesa, o Estado foi basicamente agrícola, com destaque para a produção de cana-de-açúcar devido a seu clima e solo tipo massapé. Nas últimas décadas, porém, essa quase dedicação exclusiva à produção de açúcar e álcool extraídos da cana-de-açúcar vem se exaurindo. Recentemente, novas fontes de exploração estão ocorrendo, como a floricultura e o setor industrial que tem se fortalecido em torno do Porto de Suape desde 1979. (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/economiadepernambuco>. Acesso em: 4 jan. 2007).

A economia de Pernambuco, após ficar estagnada durante a “década perdida” de 1985 a 1995, vem crescendo rapidamente do final do século XX para o começo do século XXI. Em 2000, o PIB *per capita* de R\$ 3.673,00 constituía um crescimento de mais de 40% nesse período e mais de 10% ao ano (IBID). Porém, o crescimento da monocultura de cana-de-açúcar, que apresentou um aumento de 20% entre a safra de 1999 e a de 2000, vem diminuindo a cada ano, perdendo espaço para a indústria, comércio e serviços no Estado. Essa evidência traz uma preocupação maior com a geração de emprego na região, para absorver a mão de obra composta pelos bóias-

frias (trabalhadores rurais autônomos), que apresentam grandes dificuldades para serem absorvidos por outros setores da economia local, tendo em vista a falta de qualificação profissional para outro tipo de atividade que não seja o cultivo da cana-de-açúcar. Não bastasse essa evidência, também a mecanização os tem atingido, pois estão aos poucos perdendo seu lugar de trabalho para a máquina (Disponível em: [http://pt.wikipedea.org/wiki/economia depernambuco](http://pt.wikipedea.org/wiki/economia_depernambuco). Acesso em: 04 Jan. 2007).

A página da história que contempla o surgimento do bóia-fria enquanto categoria de trabalhador rural autônomo começa a ser escrita quando o então trabalhador rural morador nas grandes propriedades, dela é “expulso”, paradoxalmente pelos efeitos das conquistas sociais trabalhistas, que, a partir de 1943, esboçou os princípios reguladores do mercado de trabalho com a institucionalização da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas –. Entretanto, ela só se estendeu ao campo a partir de meados 1950 quando da criação das “Ligas Camponesas”, movimento revigorado por Francisco Julião (1962-1968), e pela ULTRAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (MEDEIROS, 1989), que colaboraram para que o Parlamento Brasileiro votasse o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 (CAMARGO, 1979).

As Ligas Camponesas contrataram para defender os trabalhadores rurais o advogado Francisco Julião, à época também deputado pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), que balizou sua defesa apenas nos dispositivos legais do Código Civil de 1916, que reconhecia como abusivo o trabalho gratuito (cambão) (JULIÃO, 1968; HEREDIA, 1979; GARCIA JR. 1980).

A vitória do Direito Trabalhista consagrado aos trabalhadores rurais provocou uma revolução no relacionamento entre os proprietários de terra e os trabalhadores rurais. Assim, as formas de construção da dominação pessoalizada, até então adotada, passou a ser substituída por uma relação monetária, em contraposição a tudo que antes era objeto de trocas mediante favorecimento. As práticas até então adotadas de endividamento do morador são substituídas pelo novo sistema de normas jurídicas que estabeleceu que todo trabalho efetuado para o patrão deveria ser retribuído segundo o valor do salário mínimo e todas as vantagens anexas, férias, repouso remunerado, décimo terceiro, deveriam ser calculadas pelos mesmos parâmetros, impondo limites para descontos pelo fornecimento de moradia, concessão de lotes de subsistência e criação de animais que não poderiam ser objeto de contraprestações monetárias. Essas medidas legais propiciaram uma transformação radical nas relações entre patrões e empregados. Onde antes havia um trabalhador-morador dependente do seu senhor, agora existia um trabalhador-credor do seu patrão. A figura do senhor bonzinho passou a ser substituída pela do patrão, que paga pela força de trabalho.

Em consequência, aos poucos os moradores das propriedades foram se transferindo para as periferias das cidades que nem sempre estavam

preparadas para receber esse contingente de trabalhadores. O resultado dessa migração pode ser verificado pelas condições de miséria em que passaram a viver, em habitações sem a menor infra-estrutura, de água, esgoto e luz. Esse processo também foi assimétrico, porque nem todos os oriundos das grandes plantações, tiveram o mesmo destino. Alguns, dependendo das suas condições pessoais, se estabeleceram como pequenos comerciantes, outros assumiram novas formas de trabalho não-agrícola, mas a maioria compôs a categoria dos trabalhadores rurais chamados “bóias-frias”.

Essa mudança impactou negativamente nas suas condições de trabalho, uma vez que em sua nova condição de autônomo passou a ser responsável pela sua sobrevivência sem a “proteção” patronal. Ao que parece, com a mudança das relações de trabalho agora balizadas pela CLT, as condições de vida e trabalho pioraram consideravelmente como se pode depreender dos comentários de Sigaud (1979, p. 87).

O deslocamento forçado para as cidades, porque os “patrões haviam ficado ruins” e não se revelaram mais “generosos” como no passado, foi assim vivido na grande maioria dos casos como um processo de perda, de decadência e, por isso mesmo, esteve frequentemente associado a representações idealizadas do passado, como um tempo de fartura e harmonia, frente a um presente de privações e de incertezas.

Ao comentário de Sigaud (1979) acrescenta-se o de Norbert Elias (1994), que enfatiza que a passagem do antigo sistema de relações calcado no protecionismo patronal (relação de dependência do morador ao senhor-de-engenho) para a relação de interdependência sem vínculos formais, impunha uma “autodisciplina” aos trabalhadores, que passaram a ser responsáveis por seu próprio sustento. Essa condição, pela tensão gerada e principalmente pelos poucos recursos de que dispunham os trabalhadores rurais para suprir suas necessidades básicas, levou a uma situação nostálgica de volta ao passado em busca da proteção perdida.

O Estado de Pernambuco outrora foi responsável pela liderança na produção de cana-de-açúcar do país. Ao longo dos tempos vem encolhendo sua participação, chegando aos dias atuais, com pouco mais de 5% da produção nacional. Em edição de 02-06-2006, o Jornal do Commercio do Recife publica matéria sobre a performance econômica do setor sucroalcooleiro, porém nem de longe faz referência ao trabalhador rural “Bóia-fria”, como um dos agentes desse espetáculo de crescimento. Sua participação nesse constructo é praticamente ignorada, daí o total menosprezo em melhorar suas condições de trabalho, que por se desenvolver a céu aberto, enfrenta ventos e trovoadas, chuvas e tempestades, calor intenso em jornadas diárias que se iniciam com o sol nascendo e terminam com o sol se pondo.

Bóia-fria é a designação popular do trabalhador rural, que se caracteriza pelo trabalho autônomo e temporário. Bóia-fria porque essa categoria de trabalhador leva sua comida (bóia-comida) em marmitas a serem consumidas ao longo da jornada de trabalho, quase sempre quando já estão frias. Dessa contingência nasce a denominação bóia-fria, para caracterizar o trabalhador rural autônomo.

O bóia-fria é contratado pelos proprietários de grandes lavouras, como é o caso da cana-de-açúcar nos períodos de safra. A legislação brasileira é omissa para o trabalho rural na questão do registro de empregado por períodos curtos de trabalho, de maneira que esse contingente, muito embora desenvolva um trabalho árduo, não possui a cobertura da lei para tipificar o vínculo empregatício. Há dificuldades para se promover o registro de empregados do setor de cana-de-açúcar, vinculados à cooperativa agroindustrial, uma vez o proprietário rural teria que registrar eventualmente um número muito grande de trabalhadores no plantio ou no período de corte, para trabalhar às vezes apenas um dia, uma manhã, uma semana ou pouco mais do que isto. Para o cooperado, pequeno proprietário, dono da gleba ou proprietário independente se tornaria inviável proceder ao registro de uma grande quantidade de trabalhadores por períodos tão curtos. Segundo o Ministério Público do Trabalho é praticamente impossível aos cooperados proprietários de pequenas e médias propriedades registrarem um grande número de trabalhadores por poucos dias de trabalho. Mesmo os grandes proprietários empregam esses trabalhadores por períodos de dez a vinte dias, o que também não incentiva a formalização dos seus registros. Há dificuldades de toda ordem: registros, anotações em CTPS, recibos de pagamentos e controles de jornada, formalização das rescisões etc. (Ministério Público do Trabalho. Disponível em <http://www.ufg.br/datas/840>. Acesso em: 24 fev. 2007).

#### I ASPECTO ITINERANTE DO TRABALHO – O BÓIA-FRIA VAI ATRÁS DO TRABALHO

Desde que se tornou Bóia-fria, o trabalhador rural autônomo passou a viver a rotina de se deslocar constantemente do seu lugar de origem em busca de trabalho. Essa condição implica um processo de desterritorialização como bem define Oliveira (2007, p. 2):

Em virtude das tendências e perspectivas que vem se apresentando para o setor a partir dos anos 2000, a Geografia da cana no Brasil está mudando significativamente e com ela muda também a Geografia do trabalho. Até alguns anos atrás a mão de obra que migrava para os canaviais paulistas era advinda do norte de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e de alguns estados do Nordeste (Alagoas, Pernambuco, Piauí, Paraíba e Bahia).

### A autora atenta para a mudança que ocorre:

Hoje, essa realidade também mudou. Já encontramos muitos trabalhadores maranhenses e potiguares trabalhando nos canaviais de São Paulo. A crise dos anos de 1990 levou inúmeras agroindústrias canavieiras do Nordeste a falência e aquelas que permaneceram não foram suficientes para absorver toda força de trabalho existente. Soma-se a isso o fato de que os grupos mais tradicionais e capitalizados daquela região decidiram direcionar parte do capital acumulado para outros estados, sobretudo do Centro-Sul.(OLIVEIRA, 2007, p. 2).

Evidentemente que esse movimento teve repercussão imediata para o trabalho desenvolvido pelos bóias-frias. Isto porque, á medida que novos espaços geográficos passaram a abrigar o cultivo da cana-de-açúcar em decorrência de falências e de redirecionamento do capital, via mudança de sede das unidades fabris, a possibilidade do trabalho passou também a se configurar em outras regiões. Esse movimento é explicado por Oliveira (2007, p. 3) quando assim se expressa:

Esse reordenamento territorial do setor provocou alterações também na dinâmica do trabalho. Por um lado, reduziu a oferta de emprego e aumento do desemprego nos locais de onde o capital ou plantas fabris migraram. Por outro lado, aumentou a oferta de emprego e, conseqüentemente, de mão de obra, sobretudo migrante, nos locais onde se territorializaram novamente.

O mapeamento desenvolvido pela autora em seu trabalho de pesquisa lhe permitiu perceber que o movimento dos trabalhadores em busca do trabalho ocorre em várias direções, assim se configurando:

... o movimento dos trabalhadores para o corte de cana-de-açúcar no Brasil ocorre, tanto para as regiões tradicionalmente produtoras, como para as áreas em processo de expansão, inclusive acompanhando o movimento recente do próprio capital agroindustrial canavieiro, ou seja, a mobilidade do trabalho está acompanhando o movimento do próprio capital em direção a outros estados do Centro-Sul (OLIVEIRA, 2007, p. 3-4).

Sem sombra de dúvida, para os detentores do capital a mudança territorial foi extremamente positiva, uma vez que possibilitou o fortalecimento dos seus negócios. Entretanto, para o trabalhador rural na condição de autônomo (bóia-fria), o movimento só contribuiu para aumentar a precariedade de suas condições de trabalho. As implicações de ordem psicológica (afetiva) são inegáveis, devido ao fato de ter constantemente que se ausentar do seu local de moradia, onde suas relações sociais e familiares ocorrem, para temporariamente trabalhar em terras estranhas, sob condi-

ções ínfimas de habitação, agravadas pelas relações sociais assimétricas e superficiais.

Comentando o processo de desterritorialização do trabalhador rural, Oliveira (2007, p.5), assim se expressa:

Do ponto de vista do trabalho a desterritorialização ocorre num sentido negativo, pois o trabalhador (no caso o bóia-fria), embora “livre”, é desprovido dos meios de produção e muitas vezes, também das condições básicas de sobrevivência, sua e da sua família, reduzindo-se assim à força física para a produção canavieira. No universo do trabalhador “bóia-fria” apreende-se com mais clareza duas manifestações do processo de desterritorialização. Vamos considerar como primeiro exemplo o do cortador de cana que mora nas periferias urbanas (migrante que já fixou residência ou morador local). Este trabalhador está em constante processo de desterritorialização e reterritorialização, tendo em vista que durante a entressafra ele habita a periferia urbana enquanto morador urbano a sua territorialidade passa a ter uma determinada dinâmica, ou seja, na periferia, ou na cidade, ele pode construir vários territórios e passar por eles no decorrer do dia. O primeiro desses territórios seria o de morador da vila, da comunidade, onde ele conhece os códigos e estabelece relações com outros moradores. O segundo território seria o do trabalho em muitos casos difícil de delimitar, tendo em vista o fato de que num dia ele pode ser pedreiro, num outro porteiro, etc. No período de safra, ou seja, da colheita da cana, esse trabalhador se desterritorializa, na medida em que deixa as atividades e os territórios urbanos, para reterritorializar-se no trabalho da lavoura de cana, enquanto trabalhador rural assalariado, portanto cortador de cana (OLIVEIRA, 2007, p 5).

A extensa citação fornece uma visão panorâmica das dificuldades do trabalhador rural bóia-fria para suprir suas necessidades de sobrevivência, tendo inclusive em períodos de entressafra que trabalhar em outras atividades, fazendo “bicos” para prover os recursos mínimos para sua manutenção e de sua família. A autora finaliza sua análise com o exemplo do trabalhador “bóia-fria” (migrante sazonal/temporário), que se vê obrigado a se deslocar de vários estados do Nordeste para outras regiões do Centro-Sul, em busca de trabalho no corte de cana. Portanto, o processo de territorialização e desterritorialização do bóia-fria coloca em cheque permanentemente seu autoconhecimento, sua identidade e exercício da cidadania. Ora se reconhece, ora se vê privado dessa condição, o que compromete sua saúde psicológica, até porque em algumas regiões são recepcionados pelos moradores locais com grande hostilidade, visto que, de certa maneira, são concorrentes diretos da população local na disputa pelo trabalho. A condição de forasteiro, visto como concorrente, em nada contribui para a realização de trocas sociais, formação de vínculos afetivos e exercício pleno da cidadania. Acrescem-se a isto as condições ínfimas de moradia, que também

contribuem para o acometimento de doenças oportunistas, comprometendo a saúde física do bóia-fria, já bastante combalida pela excessiva jornada de trabalho.

A luta pela sobrevivência empreendida pela categoria dos trabalhadores do corte da cana “bóias-frias” desconhece fronteiras geográficas, limites físicos e psicológicos para se consubstanciar no exercício da atividade laboral onde quer que ela se encontre, em meio a perdas substanciais de qualidade de vida, saúde, reconhecimento social, convívio familiar e, sobretudo, das condições de trabalho que pelas circunstâncias em que se apresenta, contribuem a cada dia para o aumento da sua precarização.

## 2 COMO SE CONSTITUIU SOCIALMENTE O BÓIA-FRIA: VISÃO SOCIOLÓGICA

Recorrer à Sociologia neste estudo faz-se necessário para entender melhor o comportamento social do trabalhador rural numa perspectiva histórica reveladora de um passado de dominação. Em seus primórdios, sob o domínio da escravidão, ao longo dos tempos, metamorfoseando-se sob o disfarce da “proteção”. Conhecer sua trajetória ajudará a entender como se processam suas relações sociais e principalmente como ele entende e desenvolve sua atividade laboral.

Qualquer revisão bibliográfica que busque retratar a saga da cultura canavieira do Estado de Pernambuco não pode dispensar o livro Casa-Grande & Senzala (1933), como fonte de pesquisa das mais ricas e expressivas da formação da sociedade rural ao tempo do Brasil Colônia. Ninguém melhor do que Gilberto Freyre, autor da obra referenciada, para abordar de forma panorâmica a sociedade pernambucana dos senhores de engenhos, até porque dela foi ele um legítimo descendente. Essa contingência é motivo de crítica de alguns estudiosos, quando tentam diminuir a importância da sua obra, ao atribuir às suas origens, vetor determinante para descrever de forma complacente a saga dos senhores da cana, com base nas relações “democráticas” travadas nas casas-grandes, entre as raças que deram origem ao povo brasileiro.

Essa crítica é retomada por Darcy Ribeiro em um dos seus ensaios, quando assim se expressa: “Freyre nunca foi um pensador *stricto sensu*. Estudou na América com o célebre antropólogo Franz Boas e herdou dele o gosto pela ‘descrição criteriosa, exaustiva, cuidadosa, mas desinteressada de qualquer generalização teórica’. Entretanto o antropólogo não deixe de reconhecer que: “em nenhuma outra língua existe trabalho tão minucioso, tão copioso em informações. E tão fascinante. Porque lemos Casa-grande e senzala como quem lesse uma obra narrativa”. (Casa-grande e senzala. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/literatua/livrodomes> . Acesso em: 20 fev.2007).

Na esteira do entendimento do antropólogo sobre a obra freyriana, é que se desenvolve a abordagem sociológica desse estudo. Analisando trechos do livro *Casa-Grande & Senzala*, torna-se possível reconstituir as bases da sociedade brasileira no período colonial e em seu interior, da sociedade pernambucana, identificando o “bóia-fria” como o descendente direto do escravo das lavouras de cana-de-açúcar. Nada mais contundente do que...

A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representavam bem esse imenso poderio feudal. Feias e forte. Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia. Há uma tradição nortista que um senhor de engenho mais ansioso por perpetuidade não se conteve e mandou matar dois escravos e enterrá-los nos alicerces da casa. O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que mais do que de baleia ajudou a dar alicerce às casas-grandes (*Casa-grande e senzala*. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/literatua/livrodomes>. Acesso em: 20 fev. 2007).

Essa história de sangue, suor e lágrimas têm início logo após a descoberta do novo mundo, quando pelas mãos colonizadoras dos portugueses, a produção de cana-de-açúcar é introduzida em solo brasileiro. A origem da cana vinda de Portugal é moura, pois foram os mouros que, durante a ocupação da Península Ibérica, transferiram para os portugueses a tecnologia do fabrico do açúcar. O engenho mouro é, portanto, a matriz do engenho pernambucano. A princípio, foi o índio a mão de obra disponível para o cultivo da cana. Entretanto, sua relação com o homem branco – o português – não era das mais fáceis. O choque cultural entre europeus e ameríndios foi de grandes proporções. As relações, entre homem e mulher, mestre e discípulo, colonizados e colonizadores, eram mediadas pelos jesuítas. Estes exerciam seu ofício em capelas construídas nos interiores das casas-grandes, servindo tanto para oficializar os ritos da Igreja Católica, como para ministrar as aulas aos filhos dos senhores de engenho e catequizar os índios. A fragilidade dos índios para contrair as doenças do homem branco tornava difícil a sua adaptação ao trabalho árduo do campo, que exigia muito vigor físico para a sua lida. Logo ficou evidente que apostar no índio como mão de obra intensiva para o desenvolvimento da economia brasileira não resultaria nos ganhos de produção esperados. A solução viria com o suprimento da mão de obra escrava pela importação de negros caçados na África. A mudança operou-se no interior das casas-grandes pela substituição das cunhãs nas cozinhas e na cama do senhor, pelas escravas negras, como rezava o costume da época. Essa licenciosidade dos senhores de engenho, que, por meio da força e do poder, submetiam as índias e as escravas aos seus caprichos libidinosos, contribuiu para a proliferação de filhos bastardos. Na verdade, o senhor de engenho é decantado em prosa e verso como a figura soberba do homem poderoso que preguiçosamente vivia deitado numa rede,

cochilando e copulando. Essa relação de poder, no entanto, se democratizava na alcova como assim se referia Freyre, trazendo graves conseqüências de ordem sanitária, que mereceu do autor o seguinte comentário:

Costuma dizer-se que a civilização e a sifilização andam juntas. O Brasil, entretanto parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado. A contaminação da sífilis em massa ocorria nas senzalas, mas não que o negro já viesse contaminado. Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram as negras das senzalas. Por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para um sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem. (Casa-grande e senzala. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/literatua/livrodomes>. Acesso em: 20 fev. 2007).

A promiscuidade da elite rural brasileira que sem o menor pudor se servia da mulher escrava com se esta fosse objeto, também produziu outras conseqüências nefastas. A escravidão provocou no negro o distanciamento do seu meio social, desfazendo seus laços familiares. A comercialização das peças favorecia a essa situação, quando eram vendidos separadamente, membros de uma mesma família a outros proprietários. Também, os mais vigorosos escravos tornavam-se reprodutores da espécie, para aumentar o contingente de escravos do senhor. A Igreja corroborava nessa engrenagem, procedendo ao batismo tão logo as crias nasciam. Os rebentos eram considerados gente sem alma. (Casa-grande e senzala. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/literatua/livrodomes>. Acesso em: 20. fev. 2007).

Tal qual o bóia-fria na atualidade, o escravo também sofreu o processo de territorialização e desterritorialização, que se inicia quando são obrigados a deixar sua pátria e com ela seu *modus vivendi* e se mantém quando são vendidos a outros senhores, deixando para trás sua família.

A vida do escravo, pela própria condição de escravo, nada tinha de fácil. Porém, o vigor físico do africano, apenas suplantado pelo seu vigor moral, ajudava-o a superar a condição de absoluta submissão, buscando tornar sua vida mais alegre apesar dos pesares.

A saga dos escravos africanos em terras brasileiras traduz uma vida de trabalho, repressão e luta pela liberdade. O ideal de liberdade sempre esteve presente no cotidiano do homem negro, tornado escravo pela mão do branco dominador. Nesse ideal a eles também se juntaram filhos dos senhores de engenho que se tornaram abolicionistas por várias razões, dentre elas as questões humanitárias e o sentimento de gratidão pela preta velha que os criou com carinho e dedicação.

Atribui-se ao cientista social Florestan Fernandes o seguinte comentário a respeito do período de escravidão no Brasil:

Os brancos diziam que em nenhum país do mundo essa nefanda instituição foi tão doce como no Brasil. Agora não me passa pela cabeça – não deve passar pela cabeça de ninguém – que essa nefanda instituição, como os próprios brancos chamavam a escravidão, que ela pudesse ser doce em algum lugar. Ela só pode ser doce da perspectiva de quem estivesse na casa-grande e não na perspectiva de quem estivesse na senzala.

(Casa-grande e senzala. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/literatua/livrodomes>. Acesso em: 20 fev. 2007).

O comentário de Florestan Fernandes explica de certa forma o ideal abolicionista aflorado nos filhos dos senhores de engenho. A escravidão, vista por eles, poderia ser considerada doce, pela doce presença da mãe preta.

### 3 O ESCRAVO DO BRASIL COLÔNIA METAMORFOSEADO EM BÓIA-FRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O negro escravo que serviu nos canaviais de Pernambuco é o ancestral do bóia-fria que atualmente trabalha nas lavouras de cana-de-açúcar da Zona da Mata de Pernambuco e em outros estados da Federação. Do negro escravo ao bóia-fria também existe uma história de exclusão social, de luta pela terra e pelo direito ao trabalho no campo. A trajetória do trabalhador rural quer na condição de mão de obra escrava ou autônoma, já na versão atual, espelha as relações de dominação do homem pelo homem no meio rural e o papel do Estado como mediador dos conflitos de interesses.

No século XX a luta do trabalhador rural se expressa pelo domínio do espaço físico e do poder social exercido pelos proprietários das grandes plantações voltadas para cultivos destinados aos mercados internacionais principalmente para a Europa e Estados Unidos. Para fazer prosperar suas lavouras, os proprietários das plantações necessitavam de uma mão de obra cativa que, segundo Palmeira (1971, 1976), era recrutada sob diversas formas de dominação pessoalizada. Os senhores de engenho controlavam a apropriação do espaço físico, mantendo sua mão de obra fixa como moradores do engenho (SIGAUD, 2006). Essa condição impedia a expansão do campesinato que só encontram espaço para se desenvolver em áreas periféricas às grandes plantações (HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1980).

O processo de migração para as grandes cidades só vem ocorrer a partir do final do século XX. A situação se inverte, porque, em 1980, 70% da população já residiam nos centros urbanos, ficando retida no campo, apenas 22% da população rural, dados de 2000. O processo de industrialização que ocorreu no país a partir da década de 30 até 1980, contribuiu para a intensi-

ficação da vida social, cultural e política deslocarem-se para as grandes metrópoles, promovendo no meio rural, mudanças significativas no que diz respeito à sua dinâmica social (HEREDIA, 1979; GARCIA JR. 1980). A migração em massa da população rural para os grandes centros urbanos produziu sérios problemas sociais, dentre os quais a favelização dessa população, que muito embora tenha saído do seu habitat em busca do progresso, por falta de qualificação e oportunidade de emprego, passou a inchar as periferias das cidades e a vivenciar, em boa parte, a miséria urbana.

A importância das grandes plantações é ressaltada em trecho de Casa-Grande & Senzala, quando o autor assim cometa: “mas a grande plantação é bem mais de que apenas a unidade de base de um processo agroindustrial; ela é, sobretudo, a matriz da sociabilidade no mundo rural da primeira metade do século: o grande domínio é a sede das residências dos grandes proprietários – “as casas-grandes” (FREYRE, 1961).

Na verdade toda a vida social emanava da casa-grande. Nela se realizavam desde os ofícios religiosos nas capelas construídas em seu interior até a cópula impura do senhor com a índia, a escrava e mais recentemente com as filhas dos trabalhadores rurais, como conta a saga dos grandes coronéis nordestinos. Bastide (1958) complementa Freyre quando assim comenta: é no interior do grande domínio que se exerce a vida familiar, onde se nasce, casa-se, procria-se, por vezes, onde se enterram os mortos. A julgar pela movimentação das casas-grandes, mobilizando a vida social local, o poder dos senhores de engenho foi legitimado e perpetuado mesmo após o advento da abolição da escravatura. Corroborar com esse entendimento Freyre (1961) quando comenta que a sede dos domínios rurais era uma instituição que mesmo após a abolição da escravatura em 1888 continuava a operar como princípio ordenador do mundo social reunindo os poderes econômicos, religiosos, culturais e políticos em uma só mão.

As amarras das senzalas foram rompidas junto com os grilhões da escravidão, porém, a divisão clássica de mando e obediência se mantém, pela relação de dominação, metamorfoseada ao longo do tempo para conservar os privilégios consagrados, que impõe destinos diversos aos sujeitos históricos. O bóia-fria na atualidade carrega o fardo dos seus ancestrais, recheado de luta por liberdade, por trabalho digno como forma de sobrevivência, por inclusão social, acrescido do medo do desemprego, da fome e da miséria, como mazelas características do mundo pós-moderno.

## 5 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO BÓIA-FRIA: VISÃO ANTROPOLÓGICA

Para se chegar à concepção de “bóia-fria” enquanto categoria de análise faz-se necessário recuar no tempo para recuperar os elementos constitutivos dessa população de trabalhadores rurais, a partir da sua gêne-

se. A constituição do povo brasileiro, tão belamente descrita pelo antropólogo Darcy Ribeiro em seu livro “O Povo Brasileiro”, retrata a construção da identidade nacional, com base no processo de miscigenação racial, entre índios, negros e branco. Com Darcy Ribeiro, busca-se reconstituir a formação do povo brasileiro, por meio da análise de fragmentos da sua obra. Assim, descreve o autor: “nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito... Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros...”.

Malgrado a evidente mestiçagem do povo brasileiro, observa-se uma certa resistência para admitir a mistura de genes, principalmente os de origem negra e indígena, naqueles cujo tom de pele clara denuncia a preponderância da raça branca. Para Darcy Ribeiro, tudo começa quando: “os iberos se lançaram à aventura no além-mar... desembarcaram sempre desabusados, atentos aos mundos novos, querendo fruí-los, recriá-los, convertê-los e mesclar-se racialmente com eles...” (Disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/povobrasileiro>. Acesso em: 1º fev. 2007)

A descoberta de novos mundos traz consigo a formação de novos povos. De um lado, os europeus que, no primeiro contato com a população indígena, se defronta com uma realidade contraditória aos parâmetros de civilização a que estavam acostumados. Visões de mundo tão diferentes confabulavam na calada da noite para a constituição do povo brasileiro. Isto porque entre os favorecimentos, o maior deles era a oferta da jovem índia ao senhor branco, que passava a fazer parte daquela tribo como um aparentado. O autor comenta a forma como se deu o acesso do homem branco europeu à cultura indígena, por meio do “cunhadismo”. A relação de parentesco não apenas facilitou a inserção do branco no universo indígena, como favoreceu principalmente a arregimentação da força de trabalho para extração do pau-brasil. Para esse intento, o índio se apresentava como uma solução, porém, em momento posterior, com o incremento das lavouras de cana-de-açúcar, se observou sua inaptidão, obrigando os proprietários a optarem por outra solução. Foi quando se introduziu o outro componente da mistura racial do povo brasileiro – o negro – que se apresentou na condição de escravo, como mão de obra gratuita. Segundo Darcy Ribeiro, até se chegar a esse momento, a relação promíscua entre nativas e estrangeiros que deu origem à formação do povo brasileiro, produziu um “ninguém”, gerado no ventre das indígenas surgiram seres que não eram indígenas; meninas prenhasdas pelos homens brancos e meninos que sabiam que não eram índios, que não eram europeus. O europeu não os reconhecia como iguais. Era, portanto, uma gente “ninguém” (RIBEIRO, 2006).

Exatamente pela fragilidade física os índios se mostraram inaptos para o trabalho do cultivo da cana-de-açúcar. Os senhores proprietários das grandes lavouras, percebendo a inutilidade da mão de obra indígena para

manter a produtividade no campo, resolveram importar os negros do continente africano, em regime de escravidão. Decorre desse fato a inserção do negro no cenário agrícola nacional, como mão de obra cativa e não remunerada, configurando-se como o último elemento na composição da formação do povo brasileiro. A mistura então passa a ter um tempero mais apimentado, bem ao gosto afro (IBID).

Ribeiro (2006) enfatiza que a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi e continua sendo a conquista de um lugar e de um papel de participante na sociedade nacional.

Como descendente direto dos negros das senzalas dos engenhos banguês surge o trabalhador rural autônomo, mais conhecido como “bóia-fria”, que na contemporaneidade ainda luta por reconhecimento social.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bóia-fria é o descendente direto dos negros escravos do Brasil Colônia, cuja herança é feita de luta pela liberdade: antes – liberdade de ir e vir -, hoje, – liberdade de escolha, de opção de vida, de exercício de cidadania. Hoje, enquanto povo brasileiro, também sofre o preconceito por ser uma gente “ninguém”. O espectro do passado continua a atormentá-lo, porque no processo de territorialização e desterritorialização, em momentos, se reconhece, noutros, busca a identidade perdida. Vivendo uma vida urbano-rural, passou a não ser, nem urbano nem rural. A mescla dessas duas dimensões produziu uma perda de qualidade de vida nas suas relações sociais e condições de trabalho. A procura pelo trabalho onde quer que ele se apresente, não lhe permite estabelecer vínculos afetivos duradouros, apenas uma relação superficial de troca, baseada em sua força de trabalho e o dinheiro que a remunera. Isto quando pode exercer o seu ofício de artesão do campo, agora destituído inclusive dos seus meios de produção. A cada dia, o dinheiro fica mais minguado, enquanto o trabalho também vai diminuindo.

O reconhecimento social dessa categoria de trabalhador rural autônomo tem sido um árduo fardo historicamente carregado desde seus ancestrais até os dias atuais, quando paradoxalmente ao abrigo da lei, se tornou uma gente ninguém. A perda da referência social é acompanhada pelo sentimento nostálgico esboçado com o fim da relação de proteção com os senhores de engenho, antes da aplicação das leis trabalhistas no meio rural. Tornou-se assalariado, porém sem direitos trabalhistas mais efetivos pela condição de diarista-volante, que trabalha hoje aqui, amanhã ali, sem vínculos empregatícios. O sonho de fazer dinheiro para proporcionar uma vida digna para si e sua família o impulsiona a ir à busca do trabalho, submetendo-se a condições precárias de moradia e alimentação, quando passa temporariamente a viver em alojamentos instalados dentro dos canaviais.

Não bastassem essas contingências, o trabalho que executa também sofre a competição da máquina. Aliás, a tecnologia que deveria ser uma aliada para contribuir para a eliminação dos focos de constrangimento e penosidade da tarefa, tem contribuído para a perda de postos de trabalho. Como resolver essa questão passa a ser o grande desafio dos responsáveis pela produção da cana-de-açúcar e seus derivados. Deter a evolução tecnológica é para qualquer pessoa de bom senso, uma incongruência, portanto; resta saber quais as alternativas que sobram ao bóia-fria para sobreviver em meio aos avanços tecnológicos que se apresentam como constantes ameaças à manutenção do seu trabalho.

As perspectivas de futuro para essa categoria são sombrias, considerando sua pouca escolaridade e capacidade de adaptabilidade. Sozinhos estarão entregues a sua própria sorte... Não conseguirão superar os desafios dos novos tempos. Nesse contexto, o Estado como provedor do bem-estar social, deve ser chamado a dar o seu contributo na busca da redefinição do papel e da inserção social dessa categoria.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- CAMARGO, A. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.
- BASTIDE, R. *Le candomblé de Bahia*. Paris: La Hage Mouton, 1958.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v.1. Prefácio. p.13-20.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- HEREDIA, B. M. A. *Formas de dominação e espaço social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HERMIDA, J. A. *Ciència de la Administraci3n*. Buenos Aires: Contabilidad Moderna, 1983. JULIÃO, F. *La Cara Oculta de Brasil*. México City: Siglo XXI, 1968.
- OLIVEIRA, A. M. S. O Processo de Reordenamento Territorial e Produtivo do Capital Agroindustrial Canavieiro e a Nova Geografia do Trabalho Migrante no Brasil. In: VIII Jornada do Trabalho, 2007, Presidente Prudente. *Modernidade e os Signos da Civilização da Barbárie para a Classe Trabalhadora* Presidente Prudente: CEGET/CEMOSI – Projeto Editorial Centelha, 2007. v. 01. p. 01-18.
- \_\_\_\_\_. As mudanças no mundo do trabalho e Movimento Sindical no Brasil (uma breve reflexão). *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v. 01, n. 06, 2005.
- PALMEIRA, M. *Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat*. Thèse de doctorat. Paris: EHESS, 1971.
- \_\_\_\_\_. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: *Congrès international des américanistes*, Paris, n. 42, 2-9 sept. 1976.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. Edição de Bolso. Rio de Janeiro: Companhia do Bolso, 2006.

SIGAUD, L. A percepção dos salários entre trabalhadores rurais. In: SINGER, P. (Org). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977.

\_\_\_\_\_. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

## REFERÊNCIAS VIRTUOGRÁFICAS / OUTROS

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia\\_de\\_Pernambuco](http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_de_Pernambuco). Acesso em 4 jan. 2007.

[http://www.pe-az.com.br/zona\\_canavieira.htm](http://www.pe-az.com.br/zona_canavieira.htm). Acesso em 16 jan. 2007.

Um Pernambuco de Cana. *Jornal do Comercio*. 2 jun. 2006.